

ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO EM BIBLIOTECAS: UM ESTUDO DE CASO

Cintia Cibele Ramos Fonseca(1), Gicele Farias Gomes(2), Samile Andréa de Souza Vanz(3)

1 Bibliotecária Esp., Escola de Educação Física-UFRGS, Porto Alegre, RS

2 Bacharel em Biblioteconomia, Porto Alegre, RS

3 Profa. Dra., Faculdade de Biblioteconomia-UFRGS, Porto Alegre, RS

Resumo

Este estudo aborda a questão da inclusão de pessoas com deficiência na biblioteca universitária Edgar Sperb da Escola de Educação Física da UFRGS, avalia e identifica as condições de acessibilidade física e informacional oferecidas aos usuários e os recursos de acessibilidade disponíveis na biblioteca. Utiliza como instrumento de avaliação um *checklist* baseado na norma de acessibilidade NBR 9050/2004, na NBR 15599/2008. Os resultados apontam problemas de acessibilidade que a biblioteca não está preparada para atender pessoas deficientes ou com mobilidade reduzida. A equipe da biblioteca, porém, compreende as diferentes necessidades dos usuários, conhece a legislação existente sobre o tema e está aberta para mudanças.

Palavras-chave:

Biblioteca universitária; Acessibilidade.

Abstract

This study was designed with the aim of evaluating and identifying not only the physical and informational conditions, but also the accessibility resources provided to disabled people at the Edgar Sperb library at the Physical Education College from UFRGS. A checklist was based on accessibility norms, NBR 9050/2004 and NBR 15599/2008.–The outcomes of that research indicate that the Edgar Sperb Library presents accessibility problems. The study concluded that the library is not prepared to provide accessibility for disabled or reduced mobility people. Indeed, there are very few accessibility resources available. However, the library staff, understands the different necessities of its users, knows the Legislation (statutory law), is opened to any change and is always seeking for solutions to improve its accessibility conditions, so that it can include everybody. No matter what their differences may be.

Key Words:

College library; Accessibility.

1 Introdução

Todas as pessoas têm direito à informação, seja ela escrita, falada ou acessada por meio das tecnologias de informação e comunicação. Estas informações devem estar disponíveis e acessíveis a todos, incluindo as pessoas com deficiência, foco deste trabalho.

De acordo com a Organização das Nações Unidas (2011), cerca de 10% da população mundial, aproximadamente 650 milhões de pessoas, vivem com uma deficiência e em torno de 80% dessas pessoas vivem em países em desenvolvimento (ONU, 2011). Conforme os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), levantados no Censo Demográfico realizado em 2000, no Brasil 14,5% da população total (cerca de 24,6 milhões de pessoas) apresenta algum tipo de incapacidade ou deficiência.

São pessoas que possuem dificuldade de enxergar, ouvir, locomover-se ou alguma deficiência física, mental ou intelectual. Estes números vêm aumentando gradativamente e as universidades devem estar preparadas para contribuir no processo de inclusão; as bibliotecas, como parte deste sistema, devem participar do processo atendendo da melhor forma as necessidades dos usuários com limitações.

O aumento do número de pessoas deficientes nas instituições de ensino deve-se a vários fatores, como o acesso a equipamentos e aparelhos especiais, acesso ao transporte coletivo e maior conhecimento dos direitos da pessoa deficiente.

Considerando a legislação existente e a importância do tema desta pesquisa abrangerá questões referentes à acessibilidade, com enfoque às barreiras arquitetônicas e informacionais, recursos disponíveis e ações a fim de ampliar ou oportunizar a inclusão de pessoas deficientes na Biblioteca Edgar Sperb da Escola de Educação Física da UFRGS.

Consideramos justificável avaliar a acessibilidade da biblioteca da ESEF, pois, é uma forma de alertar sobre os demais problemas de acessibilidade existentes no campus.

2 Revisão de Literatura

Inicialmente, consideramos importante entender alguns conceitos relacionados ao assunto. O IBGE (2000, *online*) define as deficiências em:

Deficiência mental permanente: o retardamento mental resultante de lesão ou síndrome irreversível, que se caracteriza por dificuldades ou limitações intelectuais associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: comunicação, cuidado pessoal, autodeterminação, cuidados com saúde e segurança, aprendizagem, lazer, trabalho, etc.

Deficiência física: são aquelas lesões relacionadas com incapacidades parciais ou totais do movimento dos membros, da visão, da audição e motora.

No Brasil, a política de inclusão social das pessoas com deficiência existe desde a Constituição de 1988, que originou a Lei 7.853/1989, posteriormente regulamentada pelo Decreto 3.298/1999. Esses documentos somados a outros, destacando-se as Leis 10.048 e 10.098, de 2000 e o Decreto 5.296/2004 que é conhecido, como o decreto da acessibilidade, coloca o Brasil em posição de

igualdade com o ideário da Convenção da ONU (MAIOR, 2008, p. 21). Este instrumento de direitos humanos com dimensão de direitos sociais reafirma que todas as pessoas com todos os tipos de deficiência devem gozar de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais.

A NBR 9050 define deficiência como “redução, limitação ou inexistência das condições de percepção das características do ambiente ou de mobilidade e de utilização de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos, em caráter temporário ou permanente.” (ABNT, 2004, p. 3).

As condições de deficiência despertam discriminação, preconceitos e excluem as pessoas na sociedade, por isso antes de pensarmos nas questões de acessibilidade é importante conhecer cada tipo de deficiência e as limitações resultantes, para perceber as necessidades específicas de cada pessoa para tratá-las de forma correta e poder promover o respeito à diversidade.

2.1 Acessibilidade para todos

Tornar um espaço acessível é romper barreiras existentes a fim de permitir a utilização autônoma e com segurança de espaços, mobiliários e equipamentos, edificações, transportes, sistemas e meios de comunicações por pessoas portadoras de deficiência ou mobilidade reduzida. “Um ambiente preparado para as diferenças não exclui e permite o acesso e a integração plena, desde o ponto de vista funcional e psicológico, naquelas atividades diárias realizadas por todos, redefinindo assim o próprio conceito de deficiência.” (FERRÉS, 2006, p. 22).

De acordo com Mazzoni (2001, p. 31) “a acessibilidade não deve ser caracterizada por um conjunto de normas e leis, e sim por um processo de observação e construção, feitos por todos os membros da sociedade.”.

Sassaki (2005, p. 5) separa a acessibilidade em seis dimensões:

Acessibilidade arquitetônica: sem barreiras ambientais físicas em todos os recintos internos e externos da escola e nos transportes coletivos.

Acessibilidade comunicacional: sem barreiras na comunicação interpessoal (face-a-face, língua de sinais, linguagem corporal, linguagem gestual etc.), na comunicação escrita (jornal, revista, livro, carta, apostila etc., incluindo textos em braille, textos com letras ampliadas para quem tem baixa visão, *notebook* e outras tecnologias assistivas para comunicar) e na comunicação virtual (acessibilidade digital).

Acessibilidade metodológica: sem barreiras nos métodos e técnicas de estudo (adaptações curriculares, aulas baseadas nas inteligências múltiplas, uso de todos os estilos de aprendizagem, participação do todo de cada aluno, novo conceito de avaliação de aprendizagem, novo conceito de educação, novo conceito de logística didática etc.), de ação comunitária (metodologia social, cultural, artística etc. baseada em participação ativa) e de educação dos filhos (novos métodos e técnicas nas relações familiares etc.).

Acessibilidade instrumental: sem barreiras nos instrumentos e utensílios de estudo (lápiz, caneta, transferidor, régua, teclado de computador, materiais pedagógicos), de atividades da vida diária (tecnologia assistiva para comunicar, fazer a higiene pessoal, vestir, comer, andar, tomar banho etc.) e de lazer, esporte e recreação (dispositivos que atendam às limitações sensoriais, físicas e mentais etc.).

Acessibilidade programática: sem barreiras invisíveis embutidas em políticas públicas (leis, decretos, portarias, resoluções, medidas provisórias etc.), em regulamentos (institucionais, escolares, empresariais, comunitários etc.) e em normas de um geral.

Acessibilidade atitudinal: através de programas e práticas de sensibilização e de

conscientização das pessoas em geral e da convivência na diversidade humana resultando em quebra de preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações.

É importante destacar que, para fins das condições gerais de acessibilidade, o Decreto Federal 5.296 (BRASIL, 2004) define acessibilidade como condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

A Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000 (BRASIL, 2000), estabelece normas gerais e critérios básicos para promoção da acessibilidade das pessoas deficientes ou com mobilidade reduzida; definições de acessibilidade, de barreiras, entraves ou obstáculos que impeçam o acesso, a liberdade de movimento e a circulação com segurança desse público.

A NBR 9050 (ASSOCIAÇÃO..., 2004) foi elaborada pelo Comitê Brasileiro de Acessibilidade com o objetivo de estabelecer critérios e parâmetros técnicos a serem observados quando do projeto, construção, instalação e adaptação de edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos às condições de acessibilidade.

O Decreto 3.298 dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência que compreende o conjunto de orientações normativas que objetivam assegurar o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas com deficiência.

Mesmo com o amparo das leis, no Brasil, pouco é criado para atender pessoas com deficiências, mas praticamente tudo é adaptado. Adaptamos rampas em prédios já existentes, banheiros adaptados (normalmente pensados depois que o projeto já está pronto), escolas, universidades e bibliotecas adaptadas com andares e salas especiais, reforçando o estigma social.

Por outro lado, temos a proposta de tornar uma sociedade inclusiva, feita para todos, como é o caso do desenho universal, conceito que se desenvolveu entre os profissionais da área de arquitetura e que tem como objetivo o desenvolvimento de produtos e de ambientes para serem usados por todas as pessoas, na maior extensão possível, sem a necessidade de adaptação ou design especializado. Conforme Carletto e Cambiaggi (2008, p. 10):

O Desenho Universal não é uma tecnologia direcionada apenas aos que dele necessitam; é desenhado para todas as pessoas. A idéia do Desenho Universal é, justamente, evitar a necessidade de ambientes e produtos especiais para pessoas com deficiências, assegurando que todos possam utilizar com segurança e autonomia os diversos espaços construídos e objetos.

Mazzoni *et al.* (2001, p. 32) consideram que “é necessário zelar para que a qualidade de um projeto, concebido sob os princípios do desenho para todos, seja mantida e aperfeiçoada” e afirmam ainda, que a acessibilidade é um processo no qual todas as pessoas estão envolvidas.

Outro fator importante são as mudanças tecnológicas, que tiveram como consequência alteração nos processos de produção e das ferramentas de acesso à informação. As bibliotecas estão avançando no uso da tecnologia, encontramos hoje catálogos automatizados, acervo informacional e para tornar estas informações

acessíveis é necessária a adaptação e desenvolvimento de tecnologias para permitir o acesso de todos.

A acessibilidade informacional visa incluir as pessoas deficientes nos ambientes de informação para que tenham autonomia no uso das tecnologias de informação. De acordo com Nascimento (2009, p. 67):

Entende-se o termo 'inclusão digital' como um meio de promover a melhoria da qualidade de vida, garantir maior liberdade social, gerar conhecimento e troca de informações, ou uma forma de facilitar o acesso às tecnologias, como o computador e Internet, por todas as pessoas, independentemente de sua condição física ou social possibilitar a criação e disseminação de novas ferramentas de apoio que complementem a educação dos usuários com deficiência:[...]

A acessibilidade na web contempla diversos tipos de necessidades especiais. Através das tecnologias assistivas, os usuários com deficiência podem acessar a web de forma efetiva, entre elas podemos destacar o leitor de tela, sistema de entrada de voz, ampliador de tela, leitores de tela com síntese de voz, teclado alternativo, linhas e impressoras em *Braille* e softwares especializados para produção de material em Braille (MELO; COSTA; SOARES, 2006, p. 62). As tecnologias assistivas são ferramentas que permitem a inclusão digital para pessoas com deficiência e proporcionam autonomia e independência a elas.

2.2 Acessibilidade nas universidades e avaliação de cursos

A universidade é uma instituição social criada a partir de normas que regulamentam o ensino superior no Brasil. De acordo com Mazzoni e outros (2001, p. 29), "Os ambientes universitários estão associados à produção e disseminação do conhecimento, destacando-se a informação como um dos elementos relevantes neste processo".

A universidade tem o papel de proporcionar livre acesso aos espaços universitários. Este acesso está garantido pelo Decreto 3.289/99 (BRASIL, 1999) que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência e consolida as normas de proteção. Conforme Emmanuelli (2009, p. 28):

a instituição de ensino superior deve preparar um cenário que propicie as condições de atender o aluno, pois a sociedade exige cada vez mais profissionais altamente qualificados, dinâmicos, abertos às mudanças tecnológicas, capazes de contribuir para a inclusão de sujeitos e grupos na sociedade.

A Portaria do MEC 3.284/2003 (BRASIL, 2003) determinou requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências que devem ser incluídos nos instrumentos de avaliação para fins de autorização, reconhecimento, credenciamento e renovação de cursos de ensino superior.

De acordo com o INEP (BRASIL, 2010, p. 21), a respeito do tema inclusão dos alunos com deficiência na educação superior, verificou-se que 20.019 alunos matriculados na graduação são portadores de deficiência, o que corresponde a 0,34% do total (BRASIL, 2010). O tipo de deficiência predominante foi baixa visão (30%), seguido da deficiência auditiva (22%) e da deficiência física (21%), conforme a figura a seguir:

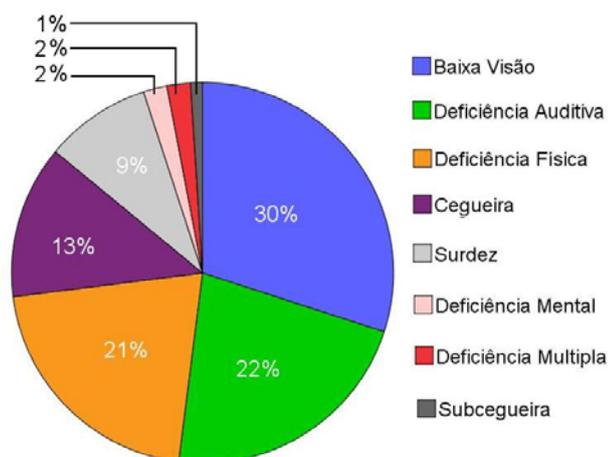


Figura 1 – Deficiências

Fonte: INEP/MEC, Censo da Educação Superior de 2009 (BRASIL, 2010).

A UFRGS, para promover acessibilidade a seus alunos, participa do Programa Incluir, desenvolvido pela Secretaria de Educação Superior (SESu) e pela Secretaria de Educação Especial (SEESP) que tem como objetivo apoiar ações que favoreçam a inclusão de deficientes no ensino superior e promover a transformação cultural e educacional nas Instituições Federais de Ensino Superior.

2.3 As bibliotecas universitárias - agentes de inclusão

As bibliotecas universitárias têm a missão de cumprir as necessidades informativas das comunidades acadêmicas no desempenho de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, “[...] estão diretamente ligadas à qualidade dos cursos de suas universidades, sejam eles de graduação ou de pós-graduação.” (MAZZONI, 2001, p. 29).

Conforme observado por Silveira (2000, p. 2):

No Brasil, praticamente inexistente biblioteca universitária que incorpore ao seu planejamento garantias de acesso pleno a deficientes físicos, prevalecendo barreiras arquitetônicas em suas instalações. O conjunto de recursos informacionais, representado por itens componentes dos acervos, também é projetado visando ao atendimento daquela comunidade de usuários julgada fisicamente "normal", resultando daí a inacessibilidade parcial e, na maioria das vezes, total à informação disponibilizada pela biblioteca [...].

O processo inclusivo nas bibliotecas engloba ações que vão desde o aspecto físico até o atitudinal. De acordo com Mazzoni e outros (2001, p. 31):

Dentro da estrutura de uma biblioteca universitária, a acessibilidade envolve tantos aspectos urbanísticos (estacionamento, caminhos de acesso etc.), como aspectos arquitetônicos (iluminação, ventilação, espaço para circulação entre ambientes, banheiros, rampas adequadas etc.) e aspectos de informação e comunicação (sinalização, sistemas de consulta e empréstimos, tecnologia de apoio para usuários portadores de deficiências, sistemas para acesso remoto etc.). Qualificando todos os aspectos anteriores se encontram os aspectos atitudinais – como as

peças compreendem e constroem o processo de acessibilidade –, o que pode valorizar ou degradar os projetos originais.

As bibliotecas devem estimular a autonomia e independência acadêmica dos usuários, para isso é necessário que elas estejam equipadas e preparadas com recursos de acessibilidade, com infraestrutura que oportunize estudos e pesquisa para todos os tipos de usuários.

O Decreto 5773/2000 (BRASIL, 2000) dispõe sobre as funções de regulação, supervisão e avaliação da educação superior e dos cursos superiores de graduação. Com relação à acessibilidade, prevê atendimento prioritário, imediato e diferenciado às pessoas com necessidades especiais ou com mobilidade reduzida, para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte; dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação e serviços de tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS .

2.3.1 Biblioteca Edgar Sperb - UFRGS

A Biblioteca Edgar Sperb¹ da UFRGS é uma biblioteca pública, universitária, com acervo especializado em educação física, fisioterapia, dança, ciências do esporte e do movimento humano.

Iniciou suas atividades com a criação da Associação dos Especializados em Educação Física e Desportos (A.E.E.F.D.) em 1945.

A biblioteca é responsável por prover informação e documentos necessários às atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão da ESEF, preservar a produção intelectual, científica, cultural e artística dos servidores da Unidade, facilitar o uso, acesso e recuperação das informações nos formatos impressos ou eletrônicos, participar de todas as fases de elaboração e publicação da revista Movimento, registrar e preservar obras de caráter histórico da área de educação física e esportes. A equipe da biblioteca conta com 05 (cinco) bibliotecárias, dois auxiliares e quatro bolsistas. O acervo geral possui mais de 31 mil itens composto por livros, periódicos, teses, monografias, dissertações, fitas de vídeo, CD's, DVD's, VHS'S, áudio, microfichas, folhetos, separatas, monografias, teses e dissertações

3 Metodologia

Este trabalho caracteriza-se por ser um estudo de caso.

Para coleta de dados foi utilizado formulário específico com questões fechadas que servem como roteiro para auxiliar o pesquisador na observação e registro de critérios de acessibilidade nas bibliotecas. O formulário é o Instrumento de Avaliação das Condições de Acessibilidade em Bibliotecas desenvolvido por Nicoletti (2010). Os principais documentos utilizados foram NBR 9050/2004 (ASSOCIAÇÃO..., 2004), NBR 15599/2008 (ASSOCIAÇÃO..., 2008) e o livro Acessibilidade: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas (PUPO, 2006).

O tratamento dos dados deu-se com a organização e descrição dos dados, reunindo-os em classes (acessibilidade arquitetônica, comunicacional, metodológica,

¹ Informações extraídas do site da Biblioteca Edgar Sperb

instrumental, programática, atitudinal, à informação e acessibilidade ao mobiliário e equipamentos) e dividindo-os nas possibilidades de resposta para cada item do checklist (sim, não, parcialmente e não se aplica). Após, realizou-se a análise e interpretação destes dados com fundamento no suporte teórico e metodológico utilizados.

4 Resultados

Os resultados apresentam-se de acordo com a distribuição dos seguintes quesitos: acessibilidade arquitetônica, acessibilidade do mobiliário e equipamentos, acessibilidade comunicacional, acessibilidade à informação, acessibilidade metodológica, acessibilidade instrumental, acessibilidade programática e acessibilidade atitudinal. Ao final de cada análise são apresentadas sugestões de ações para ampliar a acessibilidade da biblioteca.

Ao realizar o estudo percebe-se que os espaços não foram projetados a fim de atender pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e que existem muitas barreiras que dificultam a mobilidade e o acesso dos usuários. Através do levantamento dos espaços externos conclui-se que estes não possuem critérios mínimos de acessibilidade estabelecidos na NBR 9050/2004. Durante o trajeto até a biblioteca verificaram-se diversas barreiras como árvores, calçamento irregular, jardineiras, lixeiras, falta de sinalização. As escadas e degraus existentes no trajeto não estão associados à rampa e não possuem corrimãos e os sanitários próximos à biblioteca e os bebedouros não são acessíveis.

A entrada da biblioteca possui degrau sem rampa associada, a porta de acesso tem largura menor que a recomendada e existe, ainda, uma catraca não acessível neste local. Não existe acesso alternativo para entrar na biblioteca. O mobiliário e equipamentos dispõem de alguns requisitos que permitem o uso por pessoas com necessidades diferenciadas, como cadeiras que podem ser movimentadas, mesas que permitem aproximação frontal, terminais de consulta acessíveis, porém, a disposição dos móveis não permite manobra em cadeira de rodas, as estantes dos livros não promovem alcance manual confortável e não possuem sinalização que permita autonomia dos usuários.

5 Recomendações

A biblioteca da ESEF não teve ainda a experiência de atender usuários com deficiência, mas busca treinar e capacitar os funcionários para este fim. A biblioteca conta no seu quadro com uma bibliotecária que está em formação para atender usuários surdos e cegos.

Para melhorar as condições de acessibilidade sugere-se a adaptação dos sanitários próximos à biblioteca, a instalação de bebedouros acessíveis, as rampas de acesso à biblioteca devem ser substituídas por rampas acessíveis e com instalação de corrimãos, recomenda-se a retirada dos bancos que ficam na área de circulação e oferecem riscos às pessoas em cadeira de rodas, retirada da catraca na entrada da biblioteca e instalação de rampa na porta principal da biblioteca.

Outras mudanças necessitam de projeto mais elaborado e maiores recursos financeiros, como a instalação de faixa de travessia elevada para pedestre no

acesso para carros que fica localizada na entrada do *campus*, instalação de faixa livre coberta para pedestres da entrada do *campus* até a biblioteca, com piso regular, estável, antiderrapante e com instalação de piso tátil de alerta e direcional, sinalização de rampas e escadas existentes na área externa, mudanças das portas de acesso à biblioteca e instalação de maçanetas do tipo alavanca.

Sabemos que as reformas dependem da prioridade que é dada pela instituição maior, então cabe à biblioteca promover ações para amenizar o problema. Algumas medidas como a capacitação da equipe já estão sendo tomadas, mas existem outras soluções possíveis, como divulgar e dispor dos serviços do Programa Incluir, a aquisição de materiais de baixo custo que viabilizem a acessibilidade, a sinalização da biblioteca dentro dos padrões estabelecidos pela NBR 9050/2004, adotar estantes dos livros com altura confortável para usuário em cadeira de rodas ou baixa estatura e utilizar os recursos informacionais disponíveis.

Para tornar o instrumento mais dinâmico (*checklist*), sugere-se diminuir suas seções e inserir estas questões dentro do contexto onde elas se encontram.

6 Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 2. ed. Rio de Janeiro, 2004.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 15599**: acessibilidade – comunicação na prestação de serviços. Rio de Janeiro, 2008.

BRASIL. **Decreto 3.298, de 20 de dezembro de 1999**. Brasília, DF, 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3298.htm> Acesso em: 10 ago. 2011.

BRASIL. **Decreto 3.956, de 08 de outubro de 2001**. Brasília, DF, 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D3956.htm>. Acesso em: 04 ago. 2011.

BRASIL. **Decreto 5.296, de 02 de dezembro de 2004**. Brasília, DF, 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 15 set. 2011.

BRASIL. **Decreto 5.773, de 09 de maio de 2006**. Brasília, DF, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/Decreto/D5773.htm>. Acesso em: 25 set. 2011.

BRASIL. **Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Brasília, DF, 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm>. Acesso em: 17 ago. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria 3.284, de 07 de novembro de 2003**. Brasília, DF: 2003. Disponível em:



<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port3284.pdf>>. Acesso em: 22 ago. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Resumo técnico**: censo da educação superior de 2009. Brasília, DF: 2010. Disponível em:

<http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2009/resumo_tecnico2009.pdf>. Acesso em: 10 out. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>>. Acesso em: 22 ago. 2011.

CARLETTO, Ana Cláudia; CAMBIAGHI, Silvana. **Desenho universal**: um conceito para todos. São Paulo: Instituto Mara Gabrielli, 2008. Disponível em: <http://www.rinam.com.br/files/REFERENCIAS_DesenhoUniversalumconceitoparatodos.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2011.

EMMANUELLI, Mara Neide. **Acessibilidade física em bibliotecas universitárias**: um direito de todos. 2009. 82 f. Monografia de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão de Bibliotecas Universitárias) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/18490>>. Acesso em: 10 out. 2011.

FERRÉS, Sofia Pérez. Acessibilidade física. In: PUPO, Deise Tallarico; MELO, Amanda Meincke. **Acessibilidade**: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas. São Paulo: UNICAMP, 2006. Disponível em: <styx.nied.unicamp.br/todosnos/artigos.../livro_acessibilidade_bibliotecas.pdf>. Acesso em 15 ago. 2011

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2000**: características gerais da população. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/populacao/censo2000_populacao.pdf>. Acesso em: 25 maio 2011.

MAIOR, Izabel Maria Madeira de Loureiro. Apresentação. In: Resende, Ana Paula Crosara; Vital, Flávia Maria de Paiva. **A convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência comentada**. Brasília: CORDE, 2008. Disponível em: <http://www.rosinhadaadefal.com.br/files/convencao_comentada.pdf>. Acesso em: 25. ago 2011.

MAZZONI, Alberto Angel *et al.* Aspectos que interferem na construção de acessibilidade em bibliotecas universitárias. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 30, n. 2, p. 29-34, maio/ago. 2001. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/viewArticle/184>>. Acesso em: 10 jun. 2011.

MELO, Amanda Meincke; COSTA, Jean Braz da; SOARES, Sílvia C. de Matos. Tecnologias Assitivas. In: PUPO, Deise Tallarico; Melo, Amanda Meincke Melo; Ferres. **Acessibilidade**: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas. São Paulo: UNICAMP, 2006. Disponível em: <styx.nied.unicamp.br/todosnos/artigos.../livro_acessibilidade_bibliotecas.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2011

NASCIMENTO DE PAULA, Sonia; CARVALHO, José Oscar Fontanini. Acessibilidade à informação: proposta de uma disciplina para cursos de graduação na área de biblioteconomia. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 38, n. 3, p. 64-79, jul./ago. 2009. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/viewArticle/1640>>. Acesso em: 02 ago. 2011.

NICOLETTI, Tamini Farias. **Checklist para bibliotecas**: um instrumento de acessibilidade para todos. Porto Alegre: UFRGS, 2010. Disponível em: <www.lume.ufrgs.br/handle/10183/28114>. Acesso em: 10 maio 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **A ONU e as pessoas com deficiência**. Rio de Janeiro, [2011]. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-e-as-pessoas-com-deficiencia/>>. Acesso em 20 set. 2011.

PUPO, Deise Tallarico. Cumprindo a legislação. In: PUPO, Deise Tallarico; MELO, Amanda Meincke; FÉRRES, Sofia Pérez (Org.). **Acessibilidade**: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas. Campinas: UNICAMP, 2006. p. 39-50. Disponível em: <http://styx.nied.unicamp.br:8080/todosnos/artigos-cientificos/livro_acessibilidade_bibliotecas.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2011.

SASSAKI, Romeu Zazumi. Inclusão: o paradigma do século 21. **Inclusão**: revista da educação especial, Brasília, 2005.

SILVEIRA, Júlia Gonçalves da. Biblioteca inclusiva?: repensando barreiras de acesso aos deficientes físicos e visuais no sistema de Bibliotecas da UFMG e revendo a trajetória institucional na busca de soluções. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 11., 2000, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2000. Disponível em: <www.sociedadeinclusiva.pucminas.br/anaispdf/bibliotecainclusiva.pdf>. Acesso em: 20 maio 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Escola de Educação Física. **Apresentação**. Porto Alegre, [200-?]. Disponível em: <<http://www.esef.ufrgs.br/apresentacao.htm>>. Acesso em: 10 ago. 2011.